



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

INCLUSÃO E DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS: REFLEXÕES À LUZ DE HANNAH ARENDT

INCLUSION AND CULTURAL DIVERSITY IN EDUCATION IN THE FORMATION OF CITIZENS: REFLECTIONS IN LIGHT OF HANNAH ARENDT

Josuel de Souza Ferreira¹
Janete Rosa da Fonseca²

RESUMO

Introdução: Esse texto aborda significativa a inclusão e da pluralidade cultural na educação para a formação de indivíduos críticos e reflexivos. Nesse cenário, a reflexão é embasada nos princípios da pensadora de Hannah Arendt (1906-1975), que destacam a educação como um ato da condição humana. Dessa forma, a necessidade de uma prática pedagógica que valorize as várias identidades culturais, fomenta o reconhecimento e a equidade é destacada como fundamental para o desenvolvimento social e pessoal dos estudantes. Objetivos: A pesquisa tem como objetivo verificar como os conceitos de Hannah Arendt sobre política, pluralidade e ação podem comunicar práticas educativas que fomentem a inclusão e a diversidade cultural. Métodos: Essa investigação é de caráter qualitativo e utiliza-se uma revisão de literatura como metodologia central, examinando obras de Hannah Arendt e outros autores que discutem autonomia, liberdade, autoridade, inclusão, pluralidade, diversidade e educação. Dessa forma, foram analisados livros, artigos e revistas eletrônicas voltadas para a inclusão cultural no contexto social, com o viés de perceber os obstáculos e oportunidades de excursão dessas políticas públicas. Resultados: Desse modo, os desdobramentos indicam que, apesar

¹ Especializando em Alfabetização, Letramento e Educação Especial e Especializando em Tutoria em Educação a Distância (UFMS). Doutorando e mestre em Educação (LUI). Especialização em MBA em Gestão Escolar (USP). Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (IFES). Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio (UFBA). Especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI). Licenciando Interdisciplinar em Artes (UFRB). Licenciando em História (UNIFATECIE). Licenciatura em Filosofia e Sociologia (UNINTER). Licenciatura em Pedagogia (UNIFAVENI). Bacharelado em Psicopedagogia (UNICV). Licenciado em Letras (FTC). E-mail: josuel_s.ferreira@ufms.br.

² Professora e Orientadora do Programa de Especialização *Lato Sensu* em Alfabetização, Letramento e Educação Especial e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Culturais (UFMS). Licenciada em Pedagogia (UNIVALE). Especialização em Orientação Educacional (UNIVALE). Especialização em Administração: Capacitação Empresarial (UFMS). Mestrado em Educação (ULBRA). Doutorado em Educação (UDELMAR). Pós-doutorado em Neurociências (FURG). Estágio Pós-doutorado em Educação (UCDB). E-mail: janete.fonseca@ufms.br.



das políticas social voltadas para a inclusão, há um longo percurso a ser atravessado na efetiva implantação de práticas de políticas públicas que incentivem a diversidade cultural. A pesquisa aponta a necessidade de formação contínua dos indivíduos e da criação de ambientes sociais que estimulem o diálogo e o respeito mútuo. Assim, a adoção de metodologias ativas, inspiradas nos princípios Hannah Arendt, mostra-se eficaz na construção de um cenário educacional autônomo, liberto, inclusivo e democrático. Considerações Finais: Enfim, o artigo conclui que a liberdade, a autonomia, a autoridade, a inclusão e a diversidade cultural na educação são essenciais para a formação desses novos recém-chegados críticos e conscientes, competentes para atuar em uma sociedade plural e complexa. Dessa maneira, para que tudo isso aconteça, é necessário um comprometimento político e educacional que transcenda a retórica e se reflita em práticas educacional concretas e efetivas. Enfim, a perspectiva de Hannah Arendt continua a ser um guia relevante para educadores e educadoras que desejam promover uma educação de qualidade, equidade, renovadora e inclusiva na atual sociedade.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Inclusão. Diversidade Cultural. Educação.

ABSTRACT

Introduction: This text significantly addresses the inclusion and cultural plurality in education for the formation of critical and reflective individuals. In this context, the reflection is based on the principles of the thinker Hannah Arendt (1906-1975), who highlights education as an inherent aspect of the human condition. Thus, the need for a pedagogical practice that values various cultural identities, promotes recognition, and fosters equity is emphasized as fundamental for the social and personal development of students. **Objectives:** The research aims to examine how Hannah Arendt's concepts of politics, plurality, and action can inform educational practices that foster inclusion and cultural diversity. **Methods:** This investigation adopts a qualitative approach and uses a literature review as its primary methodology, examining works by Hannah Arendt and other authors discussing autonomy, freedom, authority, inclusion, plurality, diversity, and education. Consequently, books, articles, and electronic journals focusing on cultural inclusion in the social context were analyzed, with the goal of understanding the challenges and opportunities for the implementation of such public policies. **Results:** The findings indicate that, despite social policies aimed at inclusion, there is a long journey ahead in the effective implementation of public policies that encourage cultural diversity. The research highlights the need for continuous individual training and the creation of social environments that foster dialogue and mutual respect. Therefore, the adoption of active methodologies, inspired by the principles of Hannah Arendt, proves to be effective in building an educational environment that is autonomous, liberated, inclusive, and democratic. **Final Considerations:** In conclusion, the article affirms that freedom, autonomy, authority, inclusion, and cultural diversity in education are essential for the formation of these new, critically aware newcomers, competent to act in a plural and complex society. Thus, for this to occur, a political and educational commitment is required that transcends rhetoric and is reflected in concrete and effective educational practices. Ultimately, Hannah Arendt's perspective remains a relevant guide for educators who wish to promote quality, equitable, innovative, and inclusive education in today's society.

Keywords: Hannah Arendt. Inclusion. Cultural Diversity. Education.

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, os debates sobre inclusão e diversidade cultural têm ganhado destaque no cenário educacional brasileiro. Assim, todas as discussões são fundamentais para a compreensão



de como a educação pode servir como uma condução para a formação de uma sociedade mais igualdade, pluralidade e democrática. Portanto, essa pesquisa debruça-se sobre as contribuições de Hannah Arendt (2022) para o entendimento da relação entre educação, cultura, política e humanidade, propondo uma reflexão sobre como esses componentes se intersectam para a formação de indivíduos contemporâneo.

Dentre essa abordagem de Arendt (2020) sobre a condição humana e a vida ativa (*vita activa*) oferece uma rica fonte de questões sobre a importância da pluralidade, da comunicação da ação política e ação cultural como raízes essenciais para a educação em uma sociedade inclusiva e democrática. Então, está pesquisa investiga, portanto, como seus conceitos podem ser aplicados para estimular uma educação que valorize e reconheça a diversidade cultural de várias formas, sendo assim, estremos construindo pilares para a inclusão.

Nesse sentido, considera-se que a reflexão da pensadora Arendt sobre o espaço público e a ação coletiva oferece especificações valiosos para a revisão de práticas pedagógicas que buscam preparar os sujeitos para o exercício consciente e responsável da cidadania, enfatizando a necessidade de um ambiente educacional que não apenas tolere, mas celebre as diferenças.

Portanto, investigaremos profundamente o pensamento de Hannah Arendt, focando especificamente em suas concepções sobre a condição humana e suas implicações para a educação brasileira em uma sociedade capitalista. Assim, abordaremos como Hannah Arendt (2022) valoriza a pluralidade e o mundo compartilhado, elementos que ela considera essenciais para a ação política e que, conseqüentemente, têm uma profunda relevância educacional. A seguir, exploraremos sua visão sobre a ação e o espaço público, destacando a importância de um espaço público vital para a realização política e como isso influencia a educação. *Como a educação pode incorporar os princípios de inclusão e diversidade cultural para formar cidadãos que não só entendam e respeitem a pluralidade humana, mas que também sejam capazes de agir politicamente de maneira responsável e consciente?*

Nessa perspectiva, debruça-se sobre a educação para a cidadania, onde discutiremos os temas de responsabilidade individual e coletiva na preparação dos sujeitos para o mundo comum, bem como a importância da inclusão e da diversidade cultural na formação de cidadãos conscientes e ativos nessa sociedade contemporânea. Esta análise, busca oferecer uma compreensão abrangente e crítica reflexiva de como as ideias de Arendt podem ser aplicadas para moldar uma abordagem educacional que não apenas informa, mas também transforma os estudantes em participantes engajados no espaço público e político.

Diante desse processo, o presente texto, justifica-se pela importância de debatermos o tema *Inclusão e Diversidade Cultural na Educação na Formação de Cidadãos: Reflexões à Luz de Hannah Arendt*. Nesse caso, o próprio tema traz consigo a importância de se discutir a questão da inclusão,



diversidade cultural e da educação na formação de sujeitos reflexivos e críticos em plena sociedade pós-moderna. Esta pesquisa, justifica-se pelo lado pessoal, quando percebemos a necessidade urgente de práticas educacionais que reconheçam e incorporem a diversidade cultural como central na formação de cidadãos reflexivos para que sejam críticos, conscientes e ativos politicamente nessa sociedade altamente capitalista.

De outro lado temos a questão social, como a crescente polarização e desafios enfrentados pelas sociedade pós-moderna quando a questão é inclusão. A educação inclusiva levanta-se como uma ferramenta crucial para promover a compreensão do respeito pelas diferenças, contribuindo para a coesão social. Portanto, a interação entre os pensamentos de Hannah Arendt e a educação contemporânea oferece um campo fértil para investigação, proporcionando novas abordagens para o desenvolvimento de teorias e práticas educacionais que respondam aos desafios da sociedade acadêmica na sociedade atual.

Enfim, para solucionar a questão problema dessa pesquisa, foi levando o seguinte objetivo geral: verificar como os conceitos de Hannah Arendt sobre política, pluralidade e ação podem comunicar práticas educativas que fomentem a inclusão e a diversidade cultural. Objetivos Específico: Identificar o conceito de pluralidade de Arendt e sua aplicabilidade no contexto educacional contemporâneo; examinar as implicações das ideias de Arendt sobre o espaço público e ação política para a prática pedagógica; pesquisar as contribuições pedagógicas que promovam a inclusão e enalteçam a diversidade cultural.

2 CONCEITO DE PLURALIDADE EM HANNAH ARENDT

Na contemporaneidade, o conceito de pluralidade em Hannah Arendt tem como fundamentação central a ideia de que os seres humanos, apesar de dividirem uma mesma essência, são radicalmente diferentes entre si. Nesse mesmo caminho, o sujeito ocupa um lugar singular no mundo, conduzindo consigo experiências e possibilidades únicas. Segundo a autora, a pluralidade é um dos pilares da condição humana. Nesse viés, a condição humana não seria possível a interação autêntica entre os indivíduos, o que é essencial para a vida pública e política (Arendt, 2020). Por conseguinte, a “[...] pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (Arendt, 2020, p. 10).

Dessa maneira, a pluralidade, no entanto, não pode ser vista apenas como uma propriedade, mas como um elemento fundamental para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Dessa forma, uma sociedade autenticamente plural, o respeito à diversidade é essencial, uma vez que



a troca de ideias entre os sujeitos diferentes é o que sustenta o diálogo e a criação de uma esfera pública sólida. Conseqüentemente, tudo isso, faz com que a pluralidade seja primordial não apenas no âmbito social, cultural, mas também no político, já que a competência de se envolver em uma conversa honesta e aberto é uma das bases para a prática de liberdade e democrática (Arendt, 2022).

Almeida (2011, p. 96), diz que:

[...] pluralidade se baseia na igualdade e na diferença ao mesmo tempo. "O agir precisa de uma pluralidade em que todos são o mesmo, isto é, seres humanos, mas de um modo estranho: nenhum desses seres humanos jamais se igualará a outro que já viveu, vive ou viverá" (Arendt, 1960, p. 15). O fato de todos sermos humanos possibilita a comunicação. Mas também somos singulares, o que significa que com cada nascimento vem algo absolutamente novo ao mundo. A pluralidade é, portanto, composta por singularidades, e o fato de estarmos junto a outros singulares nos impele a comunicarmos uns com os outros. As pessoas que vêm ao mundo precisam, por um lado, conhecer o mundo – nisso reside, como vimos, uma das tarefas da educação –, mas, outro lado, o mundo também precisa conhecer os novos, e pergunta a todo recém-chegado: "Quem és?" (Arendt, 2010, p. 223). Arendt distingue entre o quem e o que alguém é. A singularidade do quem não se resume às características ou habilidades da pessoa, já que elas se repetem, embora possam aparecer em combinações diversas. Por isso, é difícil nomear o quem, já que ele foge da descrição.

Nesse ponto de vista, Almeida (2011), referenciando Arendt, aborda com uma sofisticada relação entre a pluralidade e a singularidade na vivência com a experiência humana. Nessa experiência prática, que enfatiza a pluralidade, ou a diversidade de sujeitos e identidades, é composta por singularidades individuais em uma sociedade que valoriza o capitalismo. Portanto, em uma sociedade capitalista, cada indivíduo é única e traz uma contribuição significativa e distinta para a sociedade atual, e a presença de sujeitos únicos em um grupo cria uma urgência intrínseca de comunicação para que possamos desenvolver um diálogo. Além disso, a convivência entre essas singularidades leva à interação e ao diálogo, elementares para a construção de uma sociedade coerente e coesa com seus valores.

De acordo com Almeida:

[...] conceitos de singularidade e pluralidade ganham uma relevância especial na obra de Arendt se os compreendemos sob o "pano de fundo" de sua análise do totalitarismo. Este, por um lado, pretendia eliminar a pluralidade dos povos e, por outro, objetivava a dominação total de todos os seres humanos, o que, em última instância, só seria possível com a extinção da singularidade. Para compreender melhor essa questão, queremos apontar alguns aspectos (sem nenhuma pretensão de abordar o tema exaustivamente) tratados pela autora em Origens do totalitarismo. A ideologia nacional-socialista pregava que o destino dos seres humanos era fazer parte de um grande processo natural, ao longo do qual a raça superior chegaria a dominar o mundo. Frente à grandiosidade da raça, as pessoas eram secundárias. O valor supremo, portanto, não estava nelas, nem sequer nas consideradas superiores, mas na raça em si (Almeida, 2011, p. 104).



Sobretudo, Almeida (2011), destaca a relevância dos conceitos de singularidade e pluralidade, que se tornam notadamente relevantes em um contexto educacional que busca promover inclusão e diversidade. Além do mais, a pluralidade, entendida como a coexistência de diversos pontos de vista e culturas, é essencial para combater tendências de assimilação e exclusão, típicas de regimes totalitários. Portanto, os regimes totalitários que visam eliminar de qualquer forma as diferenças e diversidades na sociedade contemporânea.

Nesse viés, o espaço educacional, traduz-se na valorização de cada estudante como indivíduo único e na valorização de uma educação pluricultural que respeita e celebra as diferentes culturas e identidades. Nesse sentido, a instituição de ensino se torna um espaço onde a singularidade de cada um é aceita e a diversidade é vista como uma força valiosa para toda a comunidade em plena pós-modernidade. Dessa maneira, Aranha (1996), diz que havia processo de integração inicia-se por meio da atividade exercida pela sociedade sobre os indivíduos. Assim, “[...] iniciam o processo de humanização ao conviver com outras pessoas” (Aranha, 1996, p. 16). O mundo da arte é plural para uma sociedade inclusiva e democrática.

Dessa forma, ao proporcionar um espaço educacional inclusivo e diversificado, onde ocorra a pluralidade, contribuimos para a formação de cidadãos que percebem e respeitam as diferenças, o que é fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva, democrática e plural. Nesse olhar, Arendt (2020, p. 9), afirma que a “[...] ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade [...]. Assim, Arendt destaca a ação como uma demonstração central da condição humana, acentuando sua natureza relacional e participativa.

A ação, ao acontecer diretamente entre os sujeitos, reflete a pluralidade da existência humana, onde cada indivíduo traz sua singularidade e enfoque para o convívio social, em pleno mundo pós-moderno. Nessa comunicação, a inclusão se torna um elemento vital, pois para que a pluralidade se expresse plenamente, é necessário que todos os sujeitos, não obstante de suas diferenças, tenham lugar e oportunidade para suas expressões e participem ativamente da vida em sociedade. Neste cenário, a educação desempenha um papel crucial ao estimular um espaço que valorize e respeite a diversidade principalmente na atual sociedade.

Neste contexto, educação acaba-se tornando um aprendizado colaborativo que enriqueça a experiência de todos os indivíduos. Dessa maneira, a ação e a pluralidade não apenas permitem a inclusão, mas também são essenciais para a formação de uma comunidade mais democrática e equitativa, onde cada voz é ouvida e valorizada, não apenas uma ideologia que acaba colocando os valores acima de todos os ideais. Nesse patamar, Arendt acaba advertindo para o perigo de ideologias que colocam o grupo acima do valor individual, como a ideologia nazista que submetia o valor dos



indivíduos ao conceito de raça. A pluralidade é um requisito da ação humana porque somos todos semelhantes (Arendt, 2020).

Arendt (2020, p. 11), diz que:

[...] condição humana compreende mais que as condições sob as quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados, porque tudo aquilo com que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a vida activa consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens constantemente condicionam, no entanto, os seus produtores humanos. Além das condições sob as quais a vida é dada ao homem na Terra e, em parte, a partir delas, os homens constantemente criam suas próprias condições, produzidas por eles mesmos, que, a despeito de sua origem humana e de sua variabilidade, possuem o mesmo poder condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. Por isso os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que adentra o mundo humano por si próprio, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana. O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante. A objetividade do mundo seu caráter-de-objeto [*object-character*] ou seu caráter-de-coisa [*thing-character*] - e a condição humana complementam-se uma à outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem coisas, e estas seriam um amontoado de artigos desconectados, um não-mundo, se não fossem os condicionantes da existência humana.

Nesse viés, Arendt, em sua análise sobre a condição humana, examina como a existência está profundamente ligada ao mundo material. Nessa ótica, a realidade objetiva do mundo, construída por coisas e elementos, condiciona a vida humana, regulamentando um cenário no qual as ações e experiências se desenvolvem. Sem esse direcionamento, a existência humana perderia o sentido, pois seria independente de qualquer referência concreta. Esse pensamento nos remete à consideração da educação como moderadora entre o sujeito e o mundo. Nesse sentido, a educação não apenas compartilha conhecimento, mas também possibilita que as gerações assimilem e dialoguem com a realidade objetiva, capacitando-as a transformar o "não-mundo" em um espaço estruturado e acessível.

Nesse processo, a pluralidade e a liberdade, no contexto, emergem como desdobramentos diretos dessa interação entre os sujeitos e o mundo. Segundo Freire (2021, p. 103) a “[...] liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade”. Nesse caminho, a “[...] liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfíxiada ou castrada” (Freire, 2021, p. 103). Dessa forma, Freire enfatiza que a liberdade só se desenvolve integralmente em um contexto de pluralidade, onde variadas liberdades coexistem e se enfrentam nessa sociedade capitalista.

Esse debate produtivo é essencial para que cada sujeito, ao defender seus direitos, aprenda a respeitar os direitos dos outros, o que fortalece a convivência plural, inclusiva e democrática. Nesse



caso, a liberdade, portanto, não pode ser definitiva, pois, sem limites, pode se tornar opressora ou desordenada, anulando outras liberdades e desestabilizando a condição humana na sociedade atual. Assim, a verdadeira liberdade é aquela que reconhece e valoriza a pluralidade, sendo exercida com compromisso e dentro de um contexto de respeito mútuo e coexistência tranquila. A pluralidade é a estrutura da vida em comum, onde cada sujeito contribui com sua abordagem única para a construção de uma realidade compartilhada.

Outrossim, a educação deve, portanto, enriquecer a diversidade de vozes e experiências, incentivando um ambiente onde a liberdade possa ser exercida de forma completa. Nesse caminho, liberdade, nesse sentido, não é apenas a ausência de limitações, mas a capacidade de realizar e renovar dentro do mundo condicionado ou influenciado. Dessa forma, a educação se torna fundamental para elaborar a consciência crítica, desenvolve a habilidade e competência de navegar entre os fatores condicionantes, capacitando os sujeitos a moldar e reavaliar o mundo em que vivem. Dentro dessa concepção, Almeida (2011, p. 178) diz que a “[...] relação entre verdade e liberdade é, portanto, complexa”. Sob essa ótica, a verdade favorece certo equilíbrio, porque limita o âmbito da liberdade, mas, simultaneamente, não podemos deixar que a liberdade dite suas diretrizes e regras ou ao pensamento (Almeida, 2011).

De acordo com educação deve atender como um instrumento para expandir a capacidade crítica e a consciência social dos estudantes, capacitando-os para resistir a narrativas totalitárias e a colaborar para uma sociedade onde todos, de maneira autônomas de suas origens culturais, possam coexistir e participar plenamente dessa sociedade que os cercam. Todos esses processos, nos leva a conceituar a pluralidade em Hannah Arendt. No contexto educacional na pós-modernidade, o conceito de pluralidade encontra em correspondência na promoção da inclusão, da equidade e da diversidade cultural.

Enfim, a pluralidade na educação não é apenas sobre a obediência cega da diversidade, mas sobre a criação de lugares onde as divergências sejam positivamente valorizadas e discutidas. De acordo com essa abordagem é essencial para formar cidadãos capazes de interagir e dialogar em um mundo globalizado, onde a pluralidade cultural é uma realidade constante nessa sociedade contemporânea. Dessa forma, Arendt constatou que a cultura nasce do cuidado com o passado. A autora também observou que devemos cuidado com a natureza, a educação pluralista e valorizar as diversas tradições e perspectivas que formam a sociedade (Arendt, 2022). Todo esse processo, é papel da educação na construção de uma sociedade ativa, crítica e esclarecido das dificuldades da vida em comunidade.



2.1 Espaço Público e Ação Política: Implicações para a Prática Pedagógica

Na pós-modernidade, a concepção de espaço público, conforme descrito por Hannah Arendt, tem consequências profundas para a prática pedagógica, principalmente no contexto da educação voltada para a formação de cidadãos críticos e engajados. Arendt observa o espaço público como o lugar onde a ação política se materializa, possibilitando a participação ativa e a expressão da pluralidade humana. Nesse contexto, a pluralidade, segundo a autora, é a condição essencial para o fortalecimento de uma realidade dialógica, em que os indivíduos podem trocar ideias, argumentar e produzir coletivamente (Arendt, 2020).

Dessa forma, a prática pedagógica, a noção de ambiente público pode ser interpretada na criação de ambientes escolares que estimulem a participação ativa dos alunos e alunas, motivando o diálogo e o debate entre eles. Nessa abordagem, a instituição escolar, dessa forma, não deve ser apenas um local de disseminação de conhecimento, mas um cenário de ação política, onde os discentes são fomentados a exercer sua liberdade por meio da fala e da ação (Arendt, 2002). Desse modo, a educação, historicamente do ponto de vista como uma ocupação fragmentada e distante da realidade social, precisa ser reestruturada como um ambiente de construção colaborativa de conhecimentos e voltado para a cidadania.

Portanto, a participação política, central para Arendt, deve ser compreendida como uma prática de liberdade, que se dá na esfera pública por meio do intercâmbio de discursos e da diversidade de opiniões na pós-modernidade. No espaço educacional contemporâneo, a ascensão da diversidade e inclusão é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que aceitem a pluralidade de vozes. Nesse sentido, a educação, enquanto ambiente público, deve estimular o respeito às diferenças e perceber que a divergência de ponto de vista contribui para a formação crítica dos cidadãos na atual sociedade.

Nesse contexto, a pluralidade não deve ser vista como uma barreira, mas como uma oportunidade de aperfeiçoamento do diálogo, do ensino e do aprendizado. Toda essa ação política se faz presente na necessidade de assegurar que todos os grupos, isoladamente de suas origens, sejam apresentados e colaborem ativamente dos processos educativos. Dessa forma, a inclusão não é apenas um objetivo moral, mas também uma implicação prática essencial para o sucesso das estratégias pedagógicas na contemporaneidade.

Em contrapartida, Ghiraldelli Jr. (2006) argumenta que a educação enfrenta uma crise ao perder suas fontes tradicionais, principalmente no que se refere à "questão do sujeito". No entanto, essa crise se demonstra nas repercussões práticas pedagógicas, que, ao lidarem com a subjetividade e



a pluralidade de vivências, enfrentam obstáculos filosóficos e educativos. Conforme Gadotti (1991), a democratização do ensino não pode ser medida pela simples ascensão de alguns sujeitos na escala social, mas sim pela eficiência de inclusão e crescimento dos menos privilegiados, proporcionando um espaço plural e crítico.

De acordo com Gadotti (1991, p. 88):

[...] democratização do ensino é frequentemente culpada pelo baixo nível, mesmo se, como é o nosso caso, não se veja muito bem essa democratização, onde está ela. Ora o que a democracia realmente exige não é a igualdade de oportunidade para que cada um subir na escala social, para "ser da elite", igualdade de oportunidades para chegar ao topo da pirâmide educacional. A democracia tem menos necessidade de uma elite esclarecida e culta do que de um povo esclarecido. A escola democrática mede-se não pelo alto nível do seu ensino, mas pela capacidade que ela tem de reduzir o número dos "mediócras", capacidade de elevar o nível dos menos dotados. Isso, porém não é suficiente para democratizar o ensino. O que é essencial num sistema democrático de ensino é que este não esqueça o povo, suas necessidades reais (não as necessidades criadas pelos veículos de comunicação da sociedade de consumo). Mede-se, portanto, uma educação popular e democrática pela capacidade que ela tem de acolher criticamente os problemas da sociedade, pela capacidade dos educadores de escutarem criticamente esses problemas, para identificá-los, equacioná-los, responder a eles: o que o educador popular recebe de maneira confusa do povo ele o devolve ao povo de maneira coerente e sistematizada.

Nesse sentido, Gadotti (1991) evidencia a relevância de uma educação democrática que esteja amplamente conectada às reais necessidades do povo, fugindo das restrições do consumismo na sociedade contemporânea. Nessa conjuntura, o espaço público torna-se um local vital para a ação política, onde educadores precisam manifestar-se de forma ativa para escutar e compreender as reivindicações da sociedade atual. As implicações para a prática pedagógica são substâncias, pois exigem um educador crítico e participativo, capaz de classificar os problemas sociais e devolvê-los de forma estruturada. Nesse patamar, a crise na educação se reflete, então, na desvinculação entre o ensino e as necessidades essenciais reais da população, que almeja que seus valores sejam respeitados em uma sociedade plural.

Nesse viés, Marcondes (2007) acrescenta essa discussão ao desencadear que crises nos fundamentos educacionais podem resultar em mudanças paradigmáticas que fortalecem a pluralidade e subjetividade na prática pedagógica. Nesse requisito, essa abordagem reflete na subjetividade em suas diferentes dimensões – psicológica, moral e cognitiva –, viabilizando que o indivíduo, inserido em um cenário inclusivo, assumira uma posição tanto individual quanto coletivamente. Portanto, uma educação democrática e popular se edifica ao acolher de forma crítica os obstáculos da sociedade, fomentando práticas reflexivas e inclusivas no espaço público, onde as intervenções política exercem uma função primordial na formação de suma consciência coletiva capaz de enfrentar as complexidades contemporâneas.



Nesse processo, o Espaço Público, Ação Política e Implicações para a Prática Pedagógica podem ser trabalhados no contexto educacional, enfatizando a importância de formar estudantes conscientes e críticos. Portanto, Arendt critica a modernidade por modificar o espaço público em uma esfera burocrática e desengajada, relegando a política a uma atribuição meramente administrativa (Nascimento, 1994). Na educação, essa crítica pode ser analisada na resistência a práticas pedagógicas que apenas reproduzem normas e informações, reprimindo a autonomia dos indivíduos ou a reflexão crítica sobre o cenário social. Portanto, ao integrar a percepção de espaço público de Arendt à prática pedagógica, é possível incentivar uma educação que vai além do ensino tradicional. Nota-se que este modelo pedagógico contribui a formação dos indivíduos políticos, conscientes de sua capacidade de agir e alterar o mundo à sua volta. Nessa perspectiva, o desafio é criar espaços educativos onde a pluralidade, a liberdade e a ação política sejam centrais, permitindo que os alunos se identifiquem como parte de um coletivo, e não apenas como cidadãos solitários.

Enfim, a educação, ao fomentar a convivência de diferentes culturas e perspectivas, colabora para a formação de cidadãos mais preparados para viver em sociedades multiculturais e democráticas. Dessa forma, a “[...] a busca incessante e nunca definitivamente realizada por dar uma resposta digna à pluralidade como condição humana, porque são os homens” (Carvalho, 2017, p. 43), que são multiculturais. Nesse caminho, Carvalho (2017, p. 43, fala que “[...] o mundo público, esse espaço entre-os-homens que, ao mesmo tempo que os une, impede que colidam uns como os outros”. Desse jeito, a ideia de "cultivar" as diferenças, inspirada no pensamento de Arendt sobre o cultivo da cultura, direciona à necessidade de uma atitude de cuidado e preservação das diversas experiências humanas, identificando que elas são fundamentais para o enriquecimento da sociedade como um todo (Arendt, 2022).

2.3 Pedagogia da Inclusão e da Diversidade Cultural

Na sociedade atual, a Pedagogia da Inclusão e da Diversidade Cultural visa criar um espaço educacional que respeite as desigualdades e promova a equidade desses estudantes. Nesse patamar, o conceito é baseado na ideia de que o procedimento educativo deve ser um meio para diminuir disparidades e garantir que todos os indivíduos, que de forma autônoma de suas origens ou condições, tenham as mesmas possibilidades de aprendizagem e crescimento (Saviani, 2005). Todo esse processo, requer uma escola que ofereça para os sujeitos o sentido de liberdade, inclusão e autonomia. Com isso, a instituição escolar torna-se um espaço muito mais democrático, não permitindo exclusões físicas, cognitivas e também dos assuntos que abordam a diversidade cultural. Dessa forma a permitir que isso aconteça, é necessário reconhecer que a inclusão não se restringe a questões físicas ou



cognitivas, mas também envolve a diversidade cultural presente no ambiente escolar na contemporaneidade.

Dessa forma, a cultura, conforme mencionado por Dias e Fonseca (2024), reflete as respostas humanas aos obstáculos da existência, manifestando-se em conhecimento, sentimentos e comportamentos. No contexto educacional, a importância dessas manifestações culturais permite que os educandos e as educandas sejam vistos como sujeitos completos, cujas vivências e saberes prévios são essenciais para o processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, todo processo educacional na vida dos indivíduos é passagem da desigualdade para o processo de igualdade dentro dessa sociedade democrática. Deste modo, fomentar essa sociedade democrática, onde a diversidade cultural dentro da instituição escolar não é apenas uma questão de respeito, mas uma atividade que enriquece o conhecimento ao aprendizado coletivo, fomentando a troca de saberes e experiências na comunidade atual.

De acordo com Saviani (2005, p. 87):

[...] o processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade no ponto de chegada. Consequentemente, aqui também vale o aforismo: democracia é uma conquista; não um dado. Este ponto, porém, é de fundamental importância. Com efeito, assim como a afirmação das condições de igualdade 'como uma realidade no ponto de partida torna inútil o processo educativo, também a negação dessas condições como uma possibilidade no ponto de partida, inviabiliza o trabalho pedagógico. Isto porque, se eu não admito que a desigualdade é uma igualdade possível, isto é, se não acredito que a desigualdade pode ser convertida em igualdade pela mediação da educação (obviamente não em termos isolados, mas articulada com as demais modalidades que configuram a prática social global), então, não vale a pena desencadear a ação pedagógica. E neste ponto vale lembrar que, se para os alunos a percepção dessa possibilidade 'é sincrética, o professor deve compreendê-la em termos sintéticos. Isto porque o professor deve antever com uma certa clareza a diferença entre o ponto de partida e o ponto de chegada sem o que não será possível organizar e implementar os procedimentos necessários para se transformar a possibilidade em realidade.

Nesse olhar, Saviani, diz que a:

[...] capacidade de antecipar mentalmente os resultados da ação é a nota distintiva da atividade especificamente humana. Não sendo preenchida essa exigência cai-se no espontaneísmo. E a especificidade da ação educativa se esboroa. Em síntese, não se trata de optar entre relações autoritárias ou democráticas no interior da sala de aula, mas de articular o trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização da sociedade. E a prática pedagógica contribui de modo específico, isto é, propriamente pedagógico, para a democratização da sociedade na medida em que se compreende como se coloca a questão da democracia relativamente à natureza própria do trabalho pedagógico. Foi isso o que tentei indicar ao insistir em que a natureza da prática pedagógica implica uma desigualdade real e uma igualdade possível. Consequentemente, uma relação pedagógica identificada como supostamente autoritária quando vista pelo ângulo do seu ponto de partida pode ser, ao contrário, democrática, se analisada a partir do ponto de chegada, isto é, pelos efeitos que acarreta no âmbito da prática social global. Inversamente, uma relação pedagógica vista como



democrática pelo ângulo de seu ponto de partida não só poderá como tenderá, dada a própria natureza do fenômeno educativo nas condições em que vigora o modo de produção capitalista, a produzir efeitos socialmente antidemocráticos (Saviani, 2005, p. 88).

Notou-se que em relação pedagógica percebida como democrática do ponto de vista do seu início pode, não apenas pode melhorar o processo educativo, mas também tende a gerar efeitos socialmente democráticos. Portanto, à própria natureza do fenômeno educativo nas situações do capitalismo como modo de produção acaba elevando o efeito antidemocrático. Desse modo, Freire (2021b) destaca a natureza política e democrática inerente à educação, ressaltando que o ato em que a educação sempre carrega uma carga ideológica. Nessa perspectiva, a prática pedagógica deve, então, reconhecer e valorizar os diferentes aspectos diversos das realidades culturais dos estudantes, utilizando essas diferenças como pontes para a tomada de consciência crítica. Sabido disso, o professor e a professora precisam estar cientes de que as suas práticas não apenas compartilham os saberes, mas também atuam em prol da reconfiguração social, respeitando e celebrando a diversidade cultural como um pilar essencial para a reestruturação de uma sociedade liberta, igualitária e democrática (Freire, 2021c).

Nestes aspectos, ao tratar a questão da inclusão, Gadotti (1991) reforça que a pedagogia vai além dos princípios filosóficos, pois inclui os procedimentos socioculturais e as estruturas dos processos educacionais dentro da sociedade contemporâneas. Com a finalidade de que uma prática pedagógica inclusiva seja assertiva, é preciso que a instituição escolar integre esses aspectos de maneira que os alunos e alunas se sintam pertencentes ao espaço escolar, de forma autônoma de suas desigualdades culturais e sociais perante uma sociedade que é extremamente capitalista. Nesse percurso, as “[...] diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada” (Mantoan, 2003, p. 12). Nessa perspectiva, essas condições imprescindíveis para se entender como compreendermos e como analisarmos o mundo e a nós mesmos” (Mantoan, 2003). Segundo o autor, acaba destacando a crescente aceitação da diversidade humana em suas diversas dimensões, como cultura, etnia, religião e gênero dentro da sociedade atual.

Nesse interim, o desvelamento reflete a apreciação das diferenças e a relevância de incluir todos os seguimentos sociais na construção de uma sociedade mais equitativa e democrática. Nesse cenário, ao ressaltar essas pluralidades, Mantoan aponta para a necessidade de práticas mais inclusivas e respeitadas. Desse modo, a reflexão filosófica que corrobora a pedagogia deve assegurar que a educação se alinhe aos valores de equidade e respeito à diversidade em uma sociedade democrática. Na pós-modernidade, a busca por liberdade e autonomia está diretamente ligada à educação (Ferreira, 2023). Essa busca requer um compromisso com a inclusão, pois sem uma educação que perceba e dê



valor as diferenças, não há como alcançar o verdadeiro sentido de liberdade em uma sociedade democrática. Dessa maneira, a inclusão de todos, respeitando suas características culturais, é uma forma de preparar os sujeitos para a vida em sociedade, garantindo que sejam libertos, autônomos e dotados de capacidade para transformar a realidade em que vivem.

Segundo Mantoan (2003, p. 12) a “[...] inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo”. Dessa forma, promover a inclusão e a diversidade cultural nas instituições escolares, é necessário estabelecer estratégias pedagógicas que favoreçam a relacionamento equilibrado entre diferentes culturas e valores. Dentro dessas estratégias podem incluir a criação de espaços de diálogo, onde os alunos e alunas possam compartilhar suas experiências e aprender uns com os outros, além da consolidação de práticas pedagógicas que reflitam as diversas realidades culturais (Schütz, 2020). Diante desse contexto, o papel do mediador de aprendizagem, portanto, vai além da simples transferência de conhecimento, sendo também o de mediar essas trocas e desenvolver um espaço de respeito e colaboração conjunta.

De acordo com essa visão, a cultura, segundo Eagleton (2011), envolve os valores, crenças e práticas que constituem a forma de vida de um grupo específico das comunidades em que vivem. Todo esse processo de crenças e práticas requer uma ação educacional que envolva a inclusão dessa sociedade capitalista. Essas ações visam à inclusão, que encontramos habitualmente, nas orientações dessas próprias medidas, em dimensões éticas tradicionalistas. Do mesmo modo, o espaço escolar, essa compreensão da cultura é essencial para que se possa promover uma pedagogia que respeite as divergências e que não imponha uma visão única de mundo. Contrapondo-se, é preciso abrir espaço para que os estudantes expressem suas próprias culturas e, ao mesmo tempo, aprendam a reconhecer as culturas dos outros.

Enfim, para que essas estratégias deem certo é preciso que a inclusão seja eficaz, é necessário que os educadores (as) adotem estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, transformando o ambiente escolar em um local de acolhimento. Dessa forma, a formação de professores (as), como enfatiza Costa (2015), precisa ir além de cursos rápidos e diretos, integrando-se à prática pedagógica concreta e constante dos educadores (as). Essas formações são essenciais para a formação dos professores (as). Dessa forma, essa formação deve ser ética e reflexiva, permitindo aos educadores (as) adaptar-se seu ensino às características e ritmos de aprendizagem de seus estudantes, especialmente aqueles originários de contextos sociais e culturais diversos na atual sociedade (Freire, 2021a).



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se esse texto, que trata da inclusão e diversidade cultural na educação na formação de cidadãos fazendo umas reflexões à luz de Hannah Arendt. Nesse processo, principalmente em um contexto contemporâneo marcado por grandes desigualdades sociais e barreiras educacionais que envolvem abordagens inovadoras e comprometidas para a transformação de uma sociedade mais democrática. Nessa perspectiva, as contribuições de Hannah Arendt para a sociedade e diversidade cultural na educação na formação de cidadãos são essenciais para uma sociedade mais democrática e igualitária.

Portanto, como resultado, os desafios desta investigação indicam que a inclusão e a diversidade cultural na educação são essenciais para formar estudantes críticos, reflexivos e comprometidos com o bem comum. Segundo esta perspectiva, os conceitos de Arendt, que incluem política, pluralidade e ação, servem como guias para o desenvolvimento da prática educativa como um entorno de renovação e construção, e fomentam a formação de docentes que sejam independentes e conscientes em uma sociedade pós-moderna.

A investigação confirmou que pesar no progresso e avançar nas políticas públicas. Nesse cenário, a pesquisa confirmou que, apesar do desenvolvimento e avanços nas políticas públicas de inclusão, ainda há desafios significativos na efetiva implementação de práticas que valorizem a diversidade cultural nas instituições escolares. Evidencia-se a importância da formação continuada dos professores (as) como pilar fundamental para garantir uma prática pedagógica eficaz e alinhada aos princípios da inclusão. Outrossim, espaços educativos que proporcionam metodologias ativas, motivadas na liberdade e na pluralidade arendtiana, revelam-se estratégicos na construção de um cenário educacional democrático, capaz de valorizar as desigualdades e agregar todos os alunos e alunas.

Portanto, a educação, nesse cenário, vai além da segurança do acesso: trata-se de transformar o ambiente escolar em um espaço onde as identidades culturais são celebradas e respeitadas, e onde todos os alunos e alunas se sintam integrantes e ativos no desenvolvimento educativo na sociedade pós-moderna. Desse modo, a instituição escolar cumpre seu papel de promover o reconhecimento compartilhado e a igualdade de oportunidades, formando indivíduos capazes de atuar de maneira crítica e consciente em uma sociedade cada vez mais plural e complexa. Durante esse processo, as colaborações de Arendt para a inclusão e diversidade cultural na educação na formação dos sujeitos acaba-se tornando estratégias essenciais como podemos ver no corpo desse texto. Assim, o estudo enfatiza que a busca por uma educação inclusiva e de alto padrão requer um engajamento político e



pedagógico que vá além do discurso e se materialize em práticas tangíveis e eficazes.

Enfim, Arendt mantém uma visão relevante para aqueles que buscam evoluir na educação, promovendo inclusão, liberdade e independência. Dessa forma, a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equitativa exige a capacitação de sujeitos comprometidos com a diversidade e capazes de lidar com os desafios do mundo contemporâneo. Dessa maneira, é essencial fomentar os ambientes de diálogo crítico para promover diversos pontos de vista possam coexistir e ser valorizados nessa sociedade contemporânea. Nesse ambiente, aprendizado de conhecimento técnico, a educação deve ter como objetivo o crescimento de conscientes, engajados e habilidades para transformar a realidade ao seu redor por meio de ações responsáveis e éticas.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. S. **Amor mundi e educação: reflexões sobre o pensamento de Hannah Arendt.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, SP, Brasil, 2009.

ALMEIDA, V. S. **Educação em Hannah Arendt: Entre o Mundo deserto e o amor ao mundo.** São Paulo, SP, Brasil: Editora Cortez, 2011.

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação.** 2ª. Edição – revista ampliada. São Paulo, SP, Brasil Editora Moderna. 1996.

ARENDRT, Hannah, 1906-1975. **Entre o Passado e o Futuro.** [Textos: José de Carvalho e Celso Lafer; Tradução: Mauro W. Barbosa; revisão da tradução: Adriano Correia Silva]. 9. Edição renovada. São Paulo, SP, Brasil: Editora Perspectiva, 2022.

ARENDRT, Hannah, 1906-1975. **A condição humana.** [Tradução: Roberto Raposo; revisão técnica e Adriano Correia. 13. Edição revisada. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, Editora Forense Universitária, 2020.

ARENDRT, Hannah. **O que é política?** [Editoria: Ursula Ludz; Tradução: Reinaldo Guarany]: 3ª Edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** 9ª Edição. Campinas, SP, Brasil: Editora Papyrus, 2008.

CANDAU, V. M. F. **Sociedade, cotidiano escolar e cultura (s): uma aproximação.** Revista Educação e Sociedade: Campinas, SP, Brasil: v. 79, p. 125-161, 2002.

CARVALHO, J. S. F. **Educação, uma herança sem testamento: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt.** 1. Edição. São Paulo, SP, Brasil. Editora Perspectiva: FAPESP, 2017.

DIAS, W. M; FONSECA, J. R. Nos Rastros da Cultura na Perspectiva dos Estudos Culturais. Aquidauana, MS, Brasil: **Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ:** v. 1 n. 13, p. 24-34, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55028/gepfip.v1i13.20440>. Acesso em 12 de setembro de 2024



EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2ª. Edição. São Paulo, SP, Brasil: Editora UNESP, 2011.

FERREIRA, J. S. **Formação Humana e Constituição da Docência**: a crise na educação e cotidiano escolar à luz das reflexões de Hannah Arendt. Dissertação: [Mestrado]: Logos University International, Departamento de Pós-graduação e Pesquisa, Programa de Pós-graduação em Educação, Miami, FL, Estados Unidos, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11. Edição. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Graal, 1979.

FREIRE, Paulo 1921-1997. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Política e Educação**. 7. Edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, Paulo 1921-1997. **Pedagogia do Oprimido**. 80. Edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Paz e Terra, 2021c.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Edição: Novo Hamburgo, RS, Brasil: Editora FEEVALE, 2013.

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a Educação**. 3ª Edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Editora Paz na Terra, 1984. (Coleção Educação e Comunicação).

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder**: Introdução à Pedagogia do Conflito. 10ª Edição. São Paulo, SP, Brasil: Editora Cortez, 1991. (Coleção Educação Contemporânea).

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O que é pedagogia**. 3ª Edição - 4ª reimpressão. São Paulo, SP, Brasil: Editora Brasiliense, 2006.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. 22ª reimpressão. São Paulo, SP, Brasil: Editora Cortez, 1994. (Coleção Magistério, 2ª Grau. Série Formação do Professor).

MANTOAN. M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo, SP, Brasil: Editora Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar)

MEIER. Celito. **Filosofia**: Por uma Inteligência da Complexidade. 2ª Edição: Belo Horizonte, MG, Brasil: PAX Editora e Distribuidora, 2014.

MARCONDES, D. A Crise de Paradigmas e o Surgimento da modernidade. In: **A Crise dos Paradigmas e a Educação**. [Organização: Zaia Brandão]: 10ª Edição. São Paulo, SP, Brasil. Editora Cortez, 2007.

NASCIMENTO, M. M. UFMG. A questão da liberdade no pensamento político de Hannah Arendt. Orientador: Newton Bignotto. Dissertação – UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1994, p. 1-2.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: Teoria da Educação. 37ª Edição. Editora Autores Associados, (Polêmicas do nosso Tempo)



SCHÜTZ, J. A. **Reflexões educacionais em contextos**. Cruz Alta, RS, Brasil: Editora Ilustração, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP, Brasil: Editora Cortez, 2013.